

PERIFERIAS E ESPAÇOS RURAIS

Comunicações do
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCIPIA

Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais

PRINCIPIA

principia@principia.pt · www.principia.pt

Principia Editora, Lda.

Av. Marques Leal, 21 · 2765-495 S. João do Estoril · Portugal
Tel.: +351 214 678 710 · Fax: +351 214 678 719
principia@principia.pt · www.principia.pt


PRINCIPIA
EDITORA

Título <i>Periferias e Espaços Rurais</i> <i>– Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais</i>	Código Cliente
Autores Vários	Factura N.º
Editora PRINCIPIA	Data / /
ISBN 978-972-8818-99-9	Preço € ,
	<input type="checkbox"/> FIRME <input type="checkbox"/> SN <input type="checkbox"/> CONSIGNAÇÃO

Título

Periferias e Espaços Rurais

– *Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*

Coordenadores

Tomaz Dentinho

Orlando Rodrigues

Edição e copyright

Princípia, Estoril

1.^a edição – Outubro de 2007

© Princípia Editora, Lda.

Design da capa Maia Moura Design • **Execução gráfica** Tipografia Peres

ISBN 978-972-8818-99-9 • **Depósito legal** 262486/07

Princípia

Av. Marques Leal, 21 – 2765-495 S. João do Estoril • Portugal

Tel.: +351 214 678 710 • Fax: +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

Tomaz Dentinho
Orlando Rodrigues

Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCIPIA

Tema 1

Periferias e Reestruturação Agrícola

Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues

Perifericidade, insularidade, centralidade e marginalidade são as quatro situações possíveis que surgem quando se combina, por região, indicadores de acessibilidade e de escala ou, numa perspectiva mais económica, indicadores de consumo com indicadores de produtividade. Será insular, ou remota, a região que tem baixo consumo/acessibilidade e baixa produtividade/escala; e será central a região que tem consumo/acessibilidade e produtividade/escala elevados. No entanto, devido a fenómenos de transferências públicas e privadas ou a falhas de mercado ao longo das cadeias de valor exportadoras, podem surgir situações de marginalidade, quando o consumo/acessibilidade é alto mas a produtividade/escala é baixa, ou de perifericidade, se a produtividade/escala é elevada e o consumo/acessibilidade é baixo.

As regiões vocacionadas para a agricultura encontram-se muitas vezes na situação de perifericidade, pois têm produções agrícolas com elevada produtividade e capazes de competir nos mercados externos à sua região mas, devido às falhas de mercado ao longo das cadeias de valor, muito do valor criado a nível regional acaba por gerar rendimento fora da região. Por outro lado, são estas mesmas regiões periféricas que sofrem de forma mais notória os impactos das alterações nos mercados de produtos e de factores, nas tecnologias de produtos e de processos e nas instituições e relações que se verificam a jusante das cadeias de valor.

Faz então todo o sentido reflectir sobre a perifericidade e a reestruturação agrícola, pois a condição periférica implica necessariamente a constante reestruturação das cadeias de valor ligadas à agricultura, não só pela tentativa de se captar o valor acrescentado que é drenado para jusante dessas cadeias de valor, mas também pela necessidade de adaptação às alterações económicas, tecnológicas e institucionais provenientes do exterior.

Ao longo dos seis textos que compõem esta primeira parte do livro de comunicações seleccionadas do II Congresso de Estudos Rurais é patente a simbiose entre a situação periférica e a constatação, ou procura, de reestruturação agrícola. No texto de Luís Tibério e Artur Cristóvão (capítulo 1) explicitam-se os produtos com denominação de origem protegida de Trás-os-Montes como potencialidade de reestruturação agrícola e alavanca de desenvolvimento regional. No capítulo 2, Anabela Dinis procura nas empresas agro-alimentares do distrito de Castelo Branco as redes informais capazes de sustentar processos de inovação e desenvolvimento enraizados em produtos agrícolas. O artigo de Isabel Silva e António Fragata sobre os sistemas de agricultura de Arcos de Valdevez indica que a disponibilidade e a flexibilidade das terras comuns e as populações residentes são garantes da resiliência da bovinicultura naquela região (capítulo 3) e o mesmo é reportado no que se refere aos lameiros nas zonas de montanha de Trás-os-Montes, como nos é contado no trabalho de José Vieira, Adelaide Fernandes, Adelino Bernardo, Vitório Martins e Nuno Moreira, no capítulo 4. O estudo de mercado sobre o azeite de Trás-os-Montes (capítulo 5) apresentado por Jorge Rocha, Fernando Pereira e Luísa Carqueja parece completar a análise das cadeias de valor agrícolas enraizadas nas periferias. No entanto, a análise sobre os projectos de investigação agrária dos segundo e terceiro quadros comunitários de apoio para Portugal, exposta no capítulo 6 por Pedro Silva Reis e Manuela Berjano, tem a vantagem única de, sobre o tema da perifericidade e da reestruturação agrícola, colocar o sujeito de estudo no lugar de objecto de análise.

Vale a pena reflectir um pouco mais sobre estes seis textos à luz do tema perifericidade e reestruturação agrícola, sobretudo para se procurar as complementaridades entre as várias abordagens e se identificar algumas questões que valha a pena aprofundar, não só para promoção do debate científico, mas também para estímulo do desenvolvimento das regiões periféricas e, resilientemente, agrícolas de Portugal.

Começa-se pelos recursos endógenos mais enraizados – como os baldios e os lameiros –, passa-se de seguida às gentes e aos empresários, continua-se nos produtos e na sua aceitação pelo mercado, e termina-se com a investigação realizada sobre tudo isso.

Baldios e lameiros

Pelos textos apresentados, são os baldios de Arcos de Valdevez e os lameiros das zonas de montanha de Trás-os-Montes que facilitam o desenvolvimento da bovini-

cultura e compensam parcialmente a perda de competitividade e o abandono das actividades agrícolas. De facto, como dizem António Fragata e Isabel Silva no capítulo 3, a actividade pecuária aumentou na zona de montanha devido às facilidades que o baldio proporciona, isto apesar de ter havido um forte abandono do programa de apoio às raças autóctones cujas causas, identificadas por inquérito, se prendem com a vontade de trabalhar noutra actividade, para os mais novos, ou com a incapacidade de assumir um compromisso por mais de cinco anos sem vender o gado, para os mais velhos. Face a esta nova pressão nos baldios, parece aconselhável a introdução de boas práticas de gestão nos terrenos baldios, pois pode verificar-se a tragédia dos comuns com a alteração das regras de concorrência dos mercados agrícolas (SHORT, 2000). Tal como com os baldios, também os lameiros têm um papel fundamental na resiliência do espaço rural, conforme reportam José Vieira, Adelaide Fernandes, Adelino Bernardo, Vitório Martins e Nuno Moreira no capítulo 4. De acordo com estes autores, os sistemas agropecuários de montanha revelam ter uma grande sustentabilidade em termos técnicos e económicos devido à grande flexibilidade demonstrada face a estímulos e condicionantes externas como as que estão associadas a alterações da Política Agrícola Comum ou ao aparecimento de doenças como a BSE (BUNCE, 2002).

Gentes e empresários

Conforme vem expresso no capítulo 4, o principal risco para a sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária em Trás-os-Montes está associado a dificuldades de sucessão das explorações. Curiosamente, o facto de a sustentabilidade dos sistemas agrícolas depender de factores demográficos, e não técnicos ou económicos, é suportado por estudos realizados em locais tão remotos como a China (KOMATSUA *et al.*, 2005) ou um pouco mais perto, nos Pirenéus, onde um factor adicional que influencia a sustentabilidade dos sistemas agrícolas é a acessibilidade das parcelas (MOTTETA, 2006).

O mesmo acontece em Arcos de Valdevez, como se explica no capítulo 3, reforçando a ideia de que o problema do espaço rural é demográfico mas não económico ou técnico. Um dos aspectos mais interessantes deste trabalho é o relacionamento que é possível estabelecer entre a demografia, a produção de carne, a política agrícola comum e a gestão das terras comuns. De certa forma, a Política Agrícola Comum terá estimulado a participação, mesmo que virtual, das mulheres na agricultura e promovido uma maior ocupação das terras comuns com gado.

No entanto, como se disse, a calibração das ajudas não foi ajustada à defesa das raças autóctones. De notar que Clive POTTER e Philip GOODWIN (1998) já tinham indicado a ideia de que é mais fácil que a reforma da política agrícola comum promova o ambiente pela liberalização e a consequente extensificação das explorações, do que pela difícil calibração das ajudas para promover aspectos particulares do meio ambiente.

Os fenómenos analisados no capítulo 3 contêm ainda dados interessantes sobre o estudo dos mecanismos de integração social em torno da multifuncionalidade da terra, também analisados por ANSEEUW e LAURENTA (2007) no processo de integração racial na África do Sul, ao mesmo tempo que levanta dúvidas, ou uma perspectiva mais dinâmica, sobre a sustentabilidade dos tipos de paisagem identificados por CANCELA DE ABREU *et al.* (2004).

Quanto aos empresários, o único texto que os refere explicitamente nesta primeira parte é o de Anabela Dinis (capítulo 2), que propõe um diagnóstico do sector agro-alimentar no distrito de Castelo Branco, com base em entrevistas semi-estruturadas a 14 empresas seleccionadas pela sua relevância para aquela região: cinco empresas de transformação de carnes, três de processamento de leite, duas relacionadas com azeite, e mais três que trabalham, respectivamente, medronho, mel e ovos. A perspectiva que a autora assume na elaboração da análise é a de que o empresário, e a rede onde ele se insere, são factores fundamentais para o bom desempenho das empresas agro-alimentares e, necessariamente, para o desenvolvimento das regiões onde elas se enquadram. A questão está assim focada na estratégia empresarial não só face aos produtos que as empresas adquirem, produzem e vendem, mas também face às redes locais, nacionais e internacionais que contextualizam essas empresas. Os produtos em que se baseiam são, invariavelmente, produtos endógenos. As redes onde se integram implicam sistemas organizacionais que não se limitam ao conjunto de pessoas que trabalham na empresa, mas incluem outras entidades ao longo das cadeias de valor, e também de suporte dessas cadeias de valor, como associações, autarquias, organismos de I&D ou consultores. De acordo com Anabela Dinis, os problemas identificados têm a ver com os circuitos de comercialização e com o relacionamento com as entidades reguladoras.

Desde há muito que se procura estabelecer conexões entre a abordagem da competitividade das cadeias de valor territorialmente enraizadas, de certa forma proposta por Michel PORTER (1990), e os ambientes locais inovadores analisados por Roberto CAMAGNI (1991), entre muitos outros. As histórias descritas por Anabela Dinis permitem ter uma luz desta interligação que, na perspectiva em que se

coloca, aparece centrada no empresário e no seu enraizamento local. De acordo com alguma literatura (DENTINHO, 1995; GORTONA *et al.*, 2006), os problemas identificados na comercialização e na interligação com as entidades reguladoras podem ter a ver com imperfeições dos mercados e dos circuitos de informação, ou ainda com potencialidades não utilizadas associadas à qualificação dos produtos e dos processos (TREGEARA, 2007). O trabalho de Anabela Dinis confirma aquilo que nos é dito por Jonathan MURDOCH (2002), segundo o qual existem dois tipos de redes nos espaços rurais: as redes verticais que ligam o espaço rural às cadeias de valor de produtos agro-alimentares, e as redes horizontais que ligam os espaços rurais aos processos não agrícolas de desenvolvimento económico, sendo que a competitividade das cadeias de valor e os efeitos no desenvolvimento regional dependem do funcionamento destes dois tipos de rede.

Produtos e mercado

O trabalho de Luís Tibério e Artur Cristóvão sobre os produtos agro-alimentares tradicionais em Trás-os Montes analisa as percepções e atitudes dos diferentes actores que operam ao longo das cadeias de valor dos produtos com designação de origem protegida DOP/IGP de Trás-os-Montes, a partir de uma perspectiva da economia das convenções. A abordagem da economia das convenções assume que as transacções não resultam apenas dos preços, mas são também o resultado de convenções em que participam produtores e consumidores ou, dito de outro modo, de regularidades no comportamento dos membros de uma população quando colocados perante situações recorrentes. O trabalho envolve a entrevista a 400 empresas e classifica os modelos de transacção ao longo das cadeias de valor dos produtos DOP/IGP de Trás-os-Montes de acordo com o esquema de classificação CQFD (C – características do produto; Q – qualidade; F – factores de produção e D – identificação do produto). O texto conclui que os mecanismos do mercado concorrencial não são suficientes para explicar o funcionamento do mercado dos produtos DOP/IGP de Trás-os-Montes.

De acordo com MUTERSBAUGH *et al.* (2005), existem várias abordagens teóricas para analisar o crescente processo de certificação de produtos: a abordagem das cadeias de valor e a teoria das convenções, também seguidas por Luís Tibério e Artur Cristóvão, e a análise de instituições ou o estudo dos processos de trabalho, todas elas tentando perceber como é que os processos de certifica-

ção de produtos são moldados pelos arranjos sociais, políticos e económicos onde estão integrados. Nestas perspectivas, os processos de certificação correspondem a arranjos criados em torno do interesse por determinados nichos de mercado. De acordo com os mesmos autores, uma abordagem diferente assume o processo de certificação como um exercício de poder por parte dos Estados e de empresas multinacionais. Nesta segunda óptica, as questões prendem-se com quem define as regras de jogo, levando muitas vezes a interesses contraditórios entre a normalização de produtos e processos que promovem a comodificação dos bens e, por outro lado, as preocupações com a conservação da natureza e a segurança alimentar.

O texto de Jorge Rocha, Fernando Pereira e Luísa Carqueja sobre os hábitos de consumo e conhecimento dos consumidores sobre o azeite é, fundamentalmente, um estudo de mercado do azeite baseado em 200 inquéritos realizados em Lisboa e no Porto, na rua ou em grandes superfícies comerciais. As perguntas realizadas referem-se ao uso das diferentes gorduras nos vários produtos culinários, aos critérios utilizados na escolha do azeite, às preferências dos consumidores face aos seus vários atributos, às preferências relativas à informação contida no rótulo, aos locais de compra, às marcas de azeite escolhidas, à sensibilidade dos consumidores face a este produto, ao grau de conhecimento sobre os seus diversos tipos e, finalmente, ao azeite de Trás-os-Montes. Parece claro o grande peso da publicidade na imagem que os consumidores têm do azeite.

Combinando os dois textos, verificamos que as certificações em torno dos produtos mais comerciais tendem a tornar esses produtos em *commodities* com reduzida retenção de valor ao nível da produção mas com maior venda junto dos consumidores. Por outro lado, os produtos com denominação de origem, nas suas diferentes e multifacetadas formas, criam um sistema que os indicadores dos preços não explicam cabalmente.

Tendo por objectivo a promoção do desenvolvimento regional, várias questões são pertinentes face à certificação dos produtos: qual a distribuição das rendas ao longo das cadeias de valor criadas pela certificação de produtos? Qual o papel das agências certificadoras externas? Que processos são estimulados pela certificação – a globalização das cadeias de valor ou o seu confinamento geográfico? Será que a certificação transforma os mercados, como indicam Luís Tibério e Artur Cristóvão, ou acaba por ser integrada nesses mesmos mercados? Qual a ligação entre os processos de certificação e o crescimento da regulação? Com a certificação dos produtos, onde é que são criados pontos de valor nas cadeias de produção, transformação e distribuição de produtos?

inovadores. Face ao exposto, podemos intuir que as zonas perto dos grandes centros, junto a regiões com maior crescimento do produto não agrícola, com explorações de maiores dimensões ou com maior nível educacional serão aquelas que, com maior facilidade, adoptarão as inovações produzidas.

Mas, se assim é, o que acontecerá às regiões mais periféricas, exactamente aquelas que são analisadas pelos autores desta primeira parte: Arcos de Valedevez, Castelo Branco e as zonas de montanha de Trás-os-Montes? Como aprendemos nestes textos, os factores de resiliência e de base de desenvolvimento são as gentes, as empresas, as instituições e as tecnologias locais. As pessoas que vivem das reformas e da produção de gado, as empresas que se ligam em redes horizontais e verticais, as instituições como o regime de baldios e as regulações de propriedade, e as tecnologias como as dos lameiros e dos produtos com denominação de origem.

Referências bibliográficas

- ANSEEUW, Ward e LAURENTA, Catherine (2007), «Occupational Paths Towards Commercial Agriculture: The Key Roles of Farm Pluriactivity and the Commons», in *Journal of Arid Environments*, vol. 70, Issue 4, Setembro de 2007, pp. 659-671.
- BUNCE, Michael (2002), «Agriculture and Environmental Sustainability in the Countryside», in *Land Use Policy*, vol. 19, Issue 2, Abril de 2002, p. 190.
- CAMAGNI, Roberto, BOECKHOUT, Sjaak e POMPILI, Tomaso (1991), «Interregional Disparities in the European Community: Structure and Performance of Objective One Regions in the 1980's», Nova Orleães, 6 a 9 de Novembro (comunicação apresentada na North American Regional Science Conference).
- CANCELA D'ABREU, Alexandre, PINTO CORREIA, Teresa e OLIVEIRA, Rosário (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Lisboa, DGOTDU.
- DENTINHO, Tomaz (1995), *Information and Communication Technologies and Regional Development. The Case of the Azores Dairy Value Chain*, Universidade de Newcastle upon Tyne (tese de PhD).
- FAN, S., PARDY, P. G. (1992), *Agricultural Research in China: its Institutional Development and Impact*, Haia, Holanda, International Service for Agricultural Research, 96 pp.
- GORTONA, Matthew, DUMITRASHKOB, Mikhail e WHITEC, John (2006), *Overcoming Supply Chain Failure in the Agri-Food Sector: A Case Study from Moldova*. *Food Policy*, vol. 31, Issue 1, Fevereiro de 2006, pp. 90-103.
- GUELLEC, D. e POTTERIE, B. P. (2001), *R&D and Productivity Growth: Panel Data Analysis of 16 OECD Countries*. OCDE Directorate for Science, Technology and Industry (STI), Junho (documentos de trabalho 2001/3).

- JAVIER, E. Q. (1997), *Widening Circles of Research Collaboration for Greater Food Security. The Globalization of Science – The Place of Agricultural Research*, ISNAR, Setembro de 1997.
- KING, A. D. (2004), «The Scientific Impact of Nations», in *Nature*, vol. 430, Julho.
- KOMATSUA, Y., TSUNEKAWAB, A. e JUC, H. (2005), «Evaluation of Agricultural Sustainability Based on Human Carrying Capacity in Drylands – a Case Study in Rural Villages», in *Inner Mongolia, China Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 108, Issue 1, 5 de Junho de 2005, pp. 29-43.
- MARENYYA, Paswel P. e BARRETT, Christopher B. (2007), *Food Policy: Household-Level Determinants of Adoption of Improved Natural Resources Management Practices Among Smallholder Farmers in Western Kenya*, vol. 32, Issue 4, Agosto de 2007, pp. 515-536.
- MOLDÃO-MARTINS, Margarida, BEIRÃO-DA-COSTA, Sara, NEVES, Cátia, CAVALEIRO, Carlos, SALGUEIRO, Lígia e BEIRÃO-DA-COSTA, Maria Luísa (2004), *Olive Oil Flavoured by the Essential Oils of Mentha Piperita and Thymus Mastichina L. Food Quality and Preference*, vol. 15, Issue 5, Julho de 2004, pp. 447-452.
- MOREIRA, N. T. (1998), *Perfil da Investigação Científica em Portugal: Ciências Agrárias e Veterinárias*, OCT, 1999.
- MOTTETA, Anne, LADETA, Sylvie, COQUÉB, Nathalie e GIBONA, Annick (2006), *Agricultural Land-Use Change and its Drivers in Mountain Landscapes: A Case Study in the Pyrenees. Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 114, Issues 2-4, Junho de 2006, pp. 296-310.
- MUKHERJEE, Anit N. e KURODAB, Yoshimi (2002), «Convergence in Rural Development: Evidence from India», in *Journal of Asian Economics*, vol. 13, Issue 3, Maio-Junho de 2002, pp. 385-398.
- MURDOCH, Jonathan (2000), «Networks – a New Paradigm of Rural Development?», in *Journal of Rural Studies*, vol. 16, Issue 4, Outubro de 2000, pp. 407-419.
- MUTERSBAUGH, Tad, KLOOSTER, Daniel, RENARD, Marie-Christine e TAYLOR, Peter (2005), «Certifying Rural Spaces: Quality-Certified Products and Rural Governance», in *Journal of Rural Studies*, vol. 21, Issue 4, Outubro 2005, pp. 381-388.
- PORTER, Michel (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, Londres, Macmillan Press Ltd.
- POTTER, Clive e GOODWIN, Philip (1998), «Agricultural Liberalization in the European Union: an Analysis of the Implications for Nature Conservation», in *Journal of Rural Studies*, vol. 14, Issue 3, Julho de 1998, pp. 287-298.
- SCOTT, A., STEYN, G., GEUNA, A., BRUSONI, S. e STEINMUELLER, E. (2001), *The Economic Returns to Basic Research and the Benefits of University-Industry Relationships. A Literature Review and Update Findings. Report for the Office of Science and Technology by SPRU*, Brighton, SPRU, Universidade de Sussex.
- SHORT, Christopher (2000), *Common Land and ELMS: a Need for Policy Innovation in England and Wales Land Use Policy*, vol. 17, Issue 2, Abril de 2000, pp. 121-133.
- SISKOS, Y., MATSATSINISA, N. F. e BAOURAKISB, G. (2001), «Multicriteria Analysis in Agricultural Marketing: the Case of French Olive Oil Market», in *European Journal of Operational Research*, vol. 130, Issue 2, 16 de Abril de 2001, pp. 315-331.

SPAAPEN, J., WAMELINK, F. (1999), *The Evaluation of University Research. A Method for the Incorporation of the Societal Value of Research*, NRLO – report no. 99/12, Haia, Junho de 1999.

TREGEARA, Angela, ARFINIB, Filippo, BELLETTIC, Giovanni e MARESCOTTIC, Andrea (2007), «Regional Foods and Rural Development: The Role of Product Qualification», in *Journal of Rural Studies*, vol. 23, Issue 1, Janeiro de 2007, pp. 12-22.